

# *Superior Tribunal de Justiça*

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.566.677 - AL (2015/0288122-7)**

**RELATORA** : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**  
**RECORRENTE** : **CONSELHO REGIONAL DE BIOMEDICINA - 2 REGIÃO**  
**ADVOGADO** : **GEORGE LUIZ VIDAL WANDERLEY - PE021071D**  
**RECORRIDO** : **UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CIENCIAS DA SAUDE DE ALAGOAS - UNCISAL**  
**PROCURADOR** : **RUDERICO MENTASTI E OUTRO(S) - AL0001432**  
**INTERES.** : **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

## **DECISÃO**

Trata-se de Recurso Especial, interposto pelo CONSELHO REGIONAL DE BIOMEDICINA - 2ª REGIÃO, com base nas alíneas **a** e **c** do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado:

"CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CONCURSO PÚBLICO. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL. ILEGITIMIDADE ATIVA DO CONSELHO REGIONAL DE BIOMEDICINA PARA DEFENDER, EM JUÍZO, DIREITOS INDIVIDUAIS OU COLETIVOS DOS PROFISSIONAIS DA CATEGORIA. RECURSO IMPROVIDO.

1. Apelação contra sentença que acolheu a preliminar de ilegitimidade ativa do Conselho Regional de Biomedicina para impugnar o Edital do Concurso Público para provimento de cargos do quadro permanente de pessoal da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas, extinguindo o processo sem resolução de mérito, nos termos do art. 267, VI, CPC.

2. Cinge-se a questão no reconhecimento ou não da legitimidade do apelante para defender as prerrogativas dos profissionais biomédicos, inclusive no que pertine à suposta ilegalidade de concurso público que teria indevidamente deixado de ofertar vagas para essa categoria profissional.

3. O apelante propôs a ação civil pública em face da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas, que objetivava a suspensão do concurso público instaurado pelo Edital nº 004/2014, ou, alternativamente, a redistribuição das quinze vagas destinadas ao cargo de farmacêutico bioquímico para abrangerem também os profissionais biomédicos.

4. O CRBM2 tenta demonstrar em suas alegações, em síntese, que o conteúdo programático destinado para os cargos de farmacêutico e de farmacêutico-bioquímico reflete na seara da

# *Superior Tribunal de Justiça*

bioquímica, o que implica na necessidade de o profissional ter conhecimento em laboratório.

5. Sustenta que o profissional biomédico se equipara ao bioquímico na medida em que também tem a função de atuar em laboratório. E que, apesar de exercerem a mesma atividade, apenas 8 vagas foram destinadas ao biomédico.

6. Aduz que a discricionariedade da Administração Pública é limitada pela isonomia, pela legalidade e pela ampla concorrência, sendo, a seu ver, inviável a restrição feita para os profissionais de biomedicina que desejam realizar o concurso para a vaga de farmacêutico-bioquímico.

7. Apesar de estar previsto para os Conselhos Regionais de Biomedicina o poder de fiscalização do exercício da profissão, não há referência no art. 12 da Lei 6684/79 à atribuição de defender os direitos, individuais ou coletivos, dos profissionais biomédicos, tal prerrogativa pode ser exercida pelo sindicato da categoria, ou, ainda, mediante postulação individual, haja vista a previsão do art. 5º, inciso XXI e art. 8º, inciso III, da CF.

8. Nesse mesmo sentido de que a pretensão recursal seria manifestamente incabível, por se tratar o CRBM2 de parte ilegítima para defender direitos, individuais ou coletivos, dos profissionais biomédicos, foram proferidas decisões nos agravos de instrumento e interno interpostos pelo referido conselho na presente demanda. E, não havendo fatos novos que ensejem modificação do entendimento esposado, corrobora-se com os fundamentos apontados.

9. Esta egrégia Quarta Turma vem entendendo que o Conselho Regional de Biomedicina, ora apelante, não detém legitimidade para defender os direitos, individuais ou coletivos, dos profissionais biomédicos, não lhe cabendo, assim, pleitear a anulação judicial de cláusula de edital de concurso público que teria deixado de contemplar vagas para a categoria.

10. Precedentes: PJE: 08000551120134058107, AC/CE, Relator: Desembargador Federal Ivan Lira De Carvalho (Convocado), Quarta Turma: 01/04/2014; processo: 0006280882012405000001, AG 125316/01/PE, Relator: Desembargador Federal Marco Bruno Miranda Clementino (Convocado), Quarta Turma, julgamento: 10/07/2012, publicação: DJE 12/07/2012 - Página 429.

11. Apelação improvida" (fls. 630/631e).

Inconformada, sustenta a parte recorrente o seguinte:

# Superior Tribunal de Justiça

"• Ainda sobre a Questão de Fundo - dos Fundamentos do recurso:

Importa registrar, antes de mais nada, que o pleito do CRBM2 em face do concurso promovido pelo Recorrido, que feriu - e ainda fere - a legislação basilar da Biomedicina, nomeadamente a Lei Federal n.º 6.684/79, busca salvaguardar os preceitos e ditames da profissão biomédica. como um todo, e não de um indivíduo e outro, pois a mácula estampada no edital atacado exclui do biomédico, imotivada e ilicitamente, o livre exercício de atividades que lhe são afetas por Lei Federal, num completo desrespeito aos ditâmes Constitucionais.

Portanto, a mácula apontada no certame, designadamente no que se refere à Lei Federal e aos Princípios Constitucionais em testilha, fundamentou a propositura da ACP e habilita o CRBM2, como guardião que é dos preceitos da referida Lei n.º 6.684/79 (que também o cria e institui), a buscar a proteção jurisdicional dos regramentos nela contidos, e o meio judicial urgente à disposição do CRBM2 para impugnar o referido não é, senão outro, o *mandamus* em apreço.

Ou seja, o CRBM2 busca ver respeitadas as normas legais que regulamentam a profissão que lhe compete também fiscalizar, e como reflexo disso, por certo (em se tratando de um concurso público onde há vagas para cargo na seara de análises clínicas laboratoriais), busca junto ao Judiciário a garantia da participação dos profissionais Biomédicos, eis que habilitados para o cargo em comento da seleção atacada, como forma de soerguer também os princípios basilares da nossa Magna Carta, dentre os quais o da isonomia e o da legalidade. Essa é a exegese da propositura da presente demanda!

Ademais, impende ainda registrar, como ente fiscalizador da profissão BIOMÉDICA QUE É, O *MUNUS* DO CRBM2 VAI MUITO ALÉM DE SIMPLEMENTE AUDITAR E FISCALIZAR OS PRÓPRIOS PROFISSIONAIS NELE INSCRITOS: COMPETE-LHE GARANTIR. SOBREMODO, QUE SUAS PRERROGATIVAS SEJAM TAMBÉM RESPEITADAS !!!

Ora, se entende que é patente o desrespeito à profissão BIOMÉDICA, MORMENTE A MÁCULA EDITALÍCIA JÁ NARRADA, NÃO É DADO AO CRBM2 A FACULDADE DE INTERVIR, MAS O DEVER!

Ninguém mais habilitados, para além do CFBM e dos CRBM's, a intervir pelo/em nome da Biomedicina - e em defesa de seus preceitos legais - senão a própria entidade de classe criada com o fim de regulá-la, de normatiza-la, de fiscalizá-la e de defendê-la, portanto!

(...)

# Superior Tribunal de Justiça

Fica patente, portanto a habilitação do CRBM2 como impetrante da presente demanda, posto que defende prerrogativas da profissão.

Se, por outro lado, aos sindicatos ou aos próprios biomédicos não é vedado, mas é mesmo permitido, demandar em situações do gênero, também ao CFBM e aos CRBM's não existe qualquer impedimento. Ao contrário!

(...)

A CF/88 (art. 5º, inciso XXI), nesta senda, fala que as entidades associativas (como os conselhos de classe, v.g.) têm legitimidade para representar seus afiliados extra ou judicialmente.

Ato contínuo, a mesma Magna Carta prevê a possibilidade de substituição processual, ainda no art. 5.º, LXX, 'b', amparando a legitimidade ativa do CRBM2 no presente feito. É patente a afronta do julgado aos dispositivos constitucionais, o que fundamenta a interposição do presente recurso.

**Patente é ainda o desrespeito a outro preceito legal INFRACONSTITUCIONAL. MORMENTE O QUE DETERMINA A NOVA LEI DO MANDADO de Segurança.- aplicável ao caso por analogia -, que regulamenta o ASSUNTO COM IDÊNTICA ORIENTAÇÃO À CF/88, COMO NÃO PODERIA DEIXAR DE SER, POR EVIDENTE, E QUE DEVE SER UTILIZADO AQUI *mutatis mutandis*.**

'Art. 21. O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional, na defesa de seus interesses legítimos relativos a seus integrantes ou à finalidade partidária, ou por organização sindical, entidade de classe ou associação iegamente constituída e em funcionamento há, peio menos, 1 (um) ano, em defesa de direitos líquidos e certos da totalidade, ou de parte, dos seus membros ou associados, na forma dos seus estatutos e desde que pertinentes às suas finalidades, dispensada, para tanto, autorização especial.' (grifamos).

**Patente também o desrespeito ao dispositivo da Lei Federal n.º 6.684/79, SEGUNDO A QUAL, OS CONSELHOS REGIONAIS DE BIOMEDICINA compete:**

'Art. 12 - Compete aos Conselhos Regionais: (...)

XIII - cumprir e fazer cumprir as disposições desta Lei e demais normas baixadas peio Conselho Federal;'(grifamos).

# Superior Tribunal de Justiça

(...)

Ora, os CRBM's e o CFBM são, em análise última, entidades de representação profissional, com o *plus* de terem sido instituídos por Lei Federal e prescindem, nesta senda, da faculdade de representar seus associados (que detêm tal condição, além de obrigatória, regulada por força de Lei), administrativa e/ou judicialmente, quando preceito e/ou prerrogativa da profissão forem maculados por qualquer ato que seja (público ou privado), a exemplo do edital ora atacado" (fls. 656/668e).

Requer, ao final, "o recebimento e PROVIMENTO do presente RECURSO ESPECIAL, para, através de novo julgamento, reformar o vergastado r. Acórdão do Eg. TRF-5.<sup>a</sup> Região, que violou os textos expressos nas legislações infraconstitucionais invocadas acima (art. 21 da Lei n.º 12.016/09 e art. 12 da Lei n.º 6.684/79), nos exatos termos aqui mencionados, tudo visando à realização da mais lúdima JUSTIÇA, reconhecendo, por fim, não só a legitimidade ativa do CRBM-2 para interpor a ação em alude, bem como assim o próprio direito/mérito pleiteado na peça vestibular" (fl. 669e).

Sem contrarrazões (fl. 723e).

O Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fl. 724e).

A irresignação não merece acolhimento.

Quanto à alegada ofensa ao art. 21 da Lei 12.016/2009, o Recurso Especial não ultrapassa a admissibilidade, ante o óbice da Súmula 282 do Supremo Tribunal Federal ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada").

Isso porque, para que se configure o prequestionamento, não basta que o recorrente devolva a questão controvertida para o Tribunal, é necessário que a causa tenha sido decidida à luz da legislação federal indicada, bem como seja exercido juízo de valor sobre os dispositivos legais indicados e a tese recursal a eles vinculada, interpretando-se a sua aplicação ou não ao caso concreto.

Nesse contexto, por simples cotejo das razões recursais e os fundamentos do acórdão, percebe-se que a tese recursal vinculada a dispositivo do artigo 21 da Lei 12.016/2009 não foi apreciada no voto condutor, sequer de modo implícito, não tendo servido de fundamento à conclusão adotada pelo Tribunal de origem. A propósito:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO DO RECURSO. SÚMULA N. 284 DO STF. PREQUESTIONAMENTO. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. REEXAME DO CONJUNTO

FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SUMULA N. 7 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. A deficiência na fundamentação do recurso, de modo a impedir a compreensão da suposta ofensa ao dispositivo legal invocado, obsta o conhecimento do recurso especial (Súmula n. 284/STF).

**2. A simples indicação dos dispositivos legais tidos por violados, sem que o tema tenha sido enfrentado pelo acórdão recorrido, obsta o conhecimento do recurso especial, por falta de prequestionamento, a teor da Súmula n. 282 do STF.**

3. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos ou interpretação de cláusula contratual, a teor do que dispõem as Súmulas n. 5 e 7 do STJ.

4. No caso dos autos, a modificação das conclusões do acórdão recorrido, a respeito da conduta protelatória do agravante, para fins de afastamento da multa por litigância de má-fé, demandaria análise do conteúdo fático dos autos.

5. Agravo interno a que se nega provimento" (STJ, AgInt no AREsp 273.612/RJ, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJe de 23/03/2018).

Por fim, mostra-se inviável o conhecimento do Recurso Especial quanto à tese de violação ao art. 12, XIII, da Lei 6.684/79, tendo em vista que esse dispositivo legal não possui comando normativo suficiente a infirmar a tese do acórdão recorrido no sentido de que "apesar de estar previsto para os Conselhos Regionais de Biomedicina o poder de fiscalização do exercício da profissão, não há referência no artigo supracitado à atribuição de defender os direitos, individuais ou coletivos, dos profissionais biomédicos. Penso que tal prerrogativa pode ser exercida pelo sindicato da categoria, ou, ainda, mediante postulação individual, haja vista a previsão do art. 5º, inciso XXI e art. 8º, inciso III, ambos da Lei Maior" (fl. 628e).

Destarte, incide o óbice da Súmula 284/STF, aplicada, por analogia, à espécie.

Nesse sentido, os seguintes precedentes:

"PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. DISCUSSÃO ACERCA DA LEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM. ART. 1º DA LEI N. 12.016/2009. IMPERTINÊNCIA DO DISPOSITIVO LEGAL APONTADO COMO VIOLADO. INCAPACIDADE EM INFIRMAR O ARESTO RECORRIDO. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF.

1. O art. 1º da Lei n. 12.016/2009, dispositivo apontado como violado, prevê, tal como na lei anterior (Lei n. 1.533/51), as hipóteses de cabimento e a legitimidade ativa para a impetração da ação mandamental.

2. A tese defendida pela agravante consiste em que a autoridade coatora é o presidente da Câmara de Vereadores, porquanto o Executivo não possui poderes e competência para determinar descontos na folha de pagamento do Legislativo, ou seja, diz respeito à legitimidade passiva ad causam.

3. A impertinência do dispositivo legal apontado como violado, no sentido de ser incapaz de infirmar o aresto recorrido, revela a deficiência das razões do recurso especial, fazendo incidir a Súmula 284 do STF: 'É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia'.

Agravo regimental improvido" (STJ, AgRg no AREsp 144.399/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 18/06/2012).

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO CONFIGURADA. LEGITIMIDADE PASSIVA. DISPOSITIVO QUE NÃO CONTÉM COMANDO CAPAZ DE INFIRMAR O JUÍZO EMITIDO PELO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA 284/STF. INTERPRETAÇÃO DE DIREITO LOCAL. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 280/STF.

(...)

2. O art. 267, VI, do CPC não contém comando capaz de fundamentar a alegação dos recorrentes, no sentido de que o adicional de 2% é destinado a um fundo 'para custear os proventos dos servidores', o que justifica a ilegitimidade passiva do IPERGS.

3. A controvérsia suscitada pelos recorrentes demanda análise de direito local, pelo que se aplica, por analogia, a Súmula 280 do Supremo Tribunal Federal.

4. Recurso especial parcialmente conhecido e desprovido" (STJ, REsp 915.932/RS, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, DJU de 23/04/2007).

Assinale-se, também, o não cabimento do Recurso Especial com base no dissídio jurisprudencial, pois as mesmas razões que inviabilizaram o conhecimento do apelo, pela alínea a, servem de justificativa quanto à alínea c do permissivo constitucional.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, **não conheço** do Recurso Especial.

Deixo de majorar os honorários advocatícios, tendo em vista que o Recurso

# *Superior Tribunal de Justiça*

Especial foi interposto contra acórdão publicado na vigência do CPC/73, tal como dispõe o Enunciado administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016, será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do novo CPC").

I.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUETE MAGALHÃES

Relatora

